

RELATÓRIO DE GESTÃO Exercício de 2016



Em cumprimento do Art.º 66º do Código das Sociedades Comerciais, a firma Accive Insurance - Corretor de Seguros, SA., com o número de pessoa coletiva 506653285, com sede social na Avenida da Boavista, 1277 a 1281, 1º - 4100 130 Porto, vem por este meio apresentar o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Enquadramento macroeconómico e de mercado

Em Portugal, o crescimento económico ficou aquém das expectativas, penalizado pela fraca recuperação das exportações, nomeadamente para Angola, pela incerteza interna e, acima de tudo, pela debilidade do investimento, quer no setor público, quer no setor privado, enquanto o consumo das famílias se manteve forte. No entanto, um segundo semestre mais dinâmico do que o esperado contribuiu positivamente para o crescimento de 2016 e constituiu um impulso positivo para 2017. O PIB registou um crescimento de +1,2% em 2016, desacelerando face a +1,6% registado em 2015.

A taxa de crescimento do consumo privado em termos nominais (+2,9%) foi superior à taxa de crescimento do rendimento disponível (+2,4%), mantendo a mesma tendência desde o início da retoma da economia portuguesa em 2014. Este desempenho excecional do consumo deveu-se, particularmente, a um decréscimo sem precedentes da taxa de poupança (atualmente em +4%), associado a uma significativa melhoria da confiança das famílias no pós- crise e ao efeito riqueza. Num contexto de crescimento do rendimento disponível, de reversão da austeridade, de queda do desemprego e de recuperação do mercado imobiliário, a confiança dos consumidores fechou o ano de 2016 no nível mais elevado desde abril de 2000.

Nos últimos anos, o forte crescimento do consumo privado esteve particularmente associado ao crescimento da procura de bens duradouros, que tinham sido mais penalizados durante a crise, apoiada pelo crédito ao consumo. Em 2016, as famílias continuaram a privilegiar os bens duradouros, em particular os automóveis (+16,1%), embora em menor grau face a 2015, à medida que o consumo destes bens se aproxima dos níveis anteriores à crise. Por outro lado, verificou-se um aumento da despesa noutras categorias, que se refletiu no comportamento do turismo (+9,5%), nas vendas a retalho (+2,7%), particularmente nos alimentos e bebidas (+4,2%), mas também no retalho não-alimentar (+1,0%), nomeadamente no vestuário (+4,7%).

Em Espanha, a economia provou ser mais resiliente do que o esperado, com um crescimento do PIB de +3,2%, a mesma taxa de 2015 e a mais forte entre as principais economias europeias. Este desempenho é particularmente significativo tendo em conta o contexto de incerteza a nível global e os dez meses de impasse político interno.

A recuperação da economia foi impulsionada por fatores externos e internos. A nível externo contribuíram os baixos preços do petróleo e os efeitos da política monetária do Banco Central Europeu. A nível interno, o dinamismo do mercado de trabalho, as condições de crédito

11.
23

favoráveis, a política fiscal expansionista e o desempenho excecional do turismo continuaram a impulsionar a procura interna.

Durante 2016, o consumo privado continuou a ser o principal motor da recuperação económica, tendo crescido +3,1% em termos reais. O dinamismo verificado na despesa privada refletiu o aumento do poder de compra dos agregados familiares, bem como o aumento da confiança, suportado pela melhoria do mercado de trabalho e pela recuperação do valor do património imobiliário num contexto de condições financeiras favoráveis. As famílias continuaram a preferir o consumo discricionário, especialmente veículos (+10,9%), turismo e restauração (+6,9%), setores que sofreram fortemente durante a crise. As vendas de retalho tiveram um desempenho relativamente positivo durante o ano (+2,2%), em especial no setor não alimentar (+3,5%), tendo o ritmo de crescimento no retalho alimentar sido mais moderado (+2,3%).

Evolução do Mercado Segurador

O mercado segurador no ano 2016 registou a mesma tendência decrescente que já havia sido observada em 2015. O volume de receitas relativo à atividade em Portugal em 2016 situou-se, em termos globais, nos 10,2 mil milhões de euros, correspondendo a uma diminuição de 14,6% face a 2015.

Responsável por este resultado destaca-se o ramo Vida que apresentou uma variação negativa de 23,7% (cerca de menos 2 mil milhões de euros face a 2015), apresentando um total de 6,4 mil milhões de euros.

Pelo contrário, o ramo Não Vida registou produção de cerca de 3,8 mil milhões de euros, evidenciando um crescimento de 7,2%. Para este crescimento, destaca-se o contributo do ramo de Acidentes de Trabalho que apresentou um acréscimo de 13,2% e do ramo de Saúde que cresceu em 9,9%, fazendo aumentar o peso de ambos os ramos no total da carteira face a 2015. No que diz respeito aos restantes ramos, verificou-se no ramo Automóvel a consolidação da tendência de crescimento que já apresentava (+6,5%), progredindo em 2016 a um ritmo mais elevado que em 2015, e nos ramos de Incêndio e outros Danos (+2,6%), Acidentes Pessoais (+3,5%) e Responsabilidade Civil Geral (+6,0%) um crescimento mais moderado face ao ano transato. Em sentido inverso, destaca-se o ramo de Transportes/ Mercadorias Transportadas com uma quebra da produção nos ramos de Transportes (-7,3%), superior ao que teria sido verificado em 2015.

Desta forma, em 2016 a estrutura da carteira de seguros passa a apresentar uma composição distinta face a 2015, com o ramo Vida a diminuir o seu peso (de 70,4% em 2015 para 62,9% em 2016) e o ramo Não Vida aumentando (de 29,6% em 2015 para 37,1% em 2016).

Atividade da Empresa em 2016

A sociedade Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., tem como objeto a mediação de seguros em todos os setores de atividade.

O ano 2016 foi marcado pela reestruturação da rede de agentes, dinamização de oferta exclusiva e desenvolvimento de plano de formação específico. Foram criadas condições de cross e up- selling da actual carteira, com enfoque numa composição mais global.

Salienta-se o critério rigoroso do compromisso dos parceiros ativos em atingir resultados comerciais sustentados, caracterizando-se 2016 como responsabilidade na execução orçamental e proatividade nos desafios futuros.

Investimento

Durante o exercício não se verificaram quaisquer investimentos.

Recursos humanos

Em 31 de dezembro de 2016 a sociedade dispunha de 4 efetivos a tempo inteiro e 3 administradores não remunerados.

Análise Económica e Financeira

O exercício 2016 foi caracterizado por um decréscimo das receitas totais de 22%, passando de 610.810,46 Euros para 478.370,72 Euros, motivado pela redução da carteira de seguros de alguns agentes e pelo reconhecimento no ano 2016 de comissões relativas a exercícios anteriores.

Relativamente aos custos, regista-se uma redução de 13,6% dos Fornecimentos e Serviços Externos de 449.912,43 Euros para 388.606,18 Euros. Em 2016 os gastos com o pessoal apresentam uma redução de 4,2% passando de 92.065,72 Euros para 88.185,27 Euros.

O Resultado Líquido do exercício de 2016 revela um prejuízo de 93.667,35 Euros, bem como o Resultado Operacional que ficou nos 81.836,84 Euros, em 2015 foi positivo de 30.917,12 Euros. Os resultados apresentados foram penalizados pelo reconhecimento da perda com a subsidiária Accive Insurance – Consultoria e Franchising, Lda, extinta em 31 de outubro de 2016, por a sua atividade não se justificar, caso contrário o resultado operacional teria sido positivo em 41.694,10 Euros o que representaria uma melhoria de 34,9% relativamente a 2015. Esta sociedade havia sido constituída em outubro de 2013, com o objetivo de prestar serviços de consultoria e formação na área dos seguros, concessão do sistema metodologia e conhecimento, a terceiros, em regime de contratos de franquia.



A variação no Capital Próprio resulta do reforço efetuado através da realização de prestações acessórias no valor de 200.000 Euros, para suprir as necessidades de financiamento e para dar cumprimento ao artigo 35 do Código das Sociedades Comerciais que se verificou no ano 2015, bem como do impacto que advém do resultado negativo do exercício.

Os empréstimos concedidos diretamente à Sociedade, no somatório entre passivo corrente e passivo não corrente, baixaram de 298 mil Euros em finais de 2015 para 159 mil Euros.

O Passivo da empresa representa 81,3% do total do Ativo neste exercício.

Em matéria de gestão de riscos financeiros e políticas de cobertura, a política da Accive é parte integrante da política de risco do Grupo MDS, a qual se encontra definida no âmbito do planeamento estratégico do Grupo como uma política de gestão eficiente e equilibrada dos diversos riscos a que se encontra exposta e cuja explanação se encontra descrita nas demonstrações consolidadas da MDS SGPS.

Perspetivas de Futuro para a Empresa

A Accive Insurance tem como objetivos para 2017, efetuar o rebrand da marca e otimizar receitas e custos através do estabelecimento de acordos com seguradores e incremento de desenvolvimento de negócio em linhas de produto específicas.

Proposta de Aplicação de Resultados

É proposto pela administração da Empresa que o Resultado Líquido Negativo do exercício de 2016, que se situou em 93.667,35 Euros tenha a seguinte proposta de distribuição:

Resultados Transitados: - 93.667,35 Euros

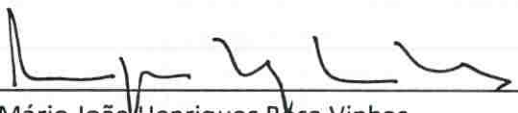
Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

A Administração


Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos


António Manuel Godinho Ribeiro


Mário João Henriques Rosa Vinhas

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2016

1. Art.º447º, n.º 5, do Código das Sociedades Comerciais

Os membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade não detêm qualquer participação na sociedade:

2. Art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais

Acionistas que em Dezembro de 2016 eram titulares do capital da Accive Insurance – Corretor de Seguros, S.A.:

Titulares	Percentagem
Mds – Corretor de Seguros, S.A.	70%
Rigorosacondição Representação Comercial, Lda	20%
Onebiz – SGPS, S.A.	10%

No exercício de 2016, a acionista Helena Isabel Pinto Lopes Morais Coelho alienou 2.040 acções da sociedade à Rigorosacondição Representação Comercial, Lda.

Porto, 31 de Maio de 2017

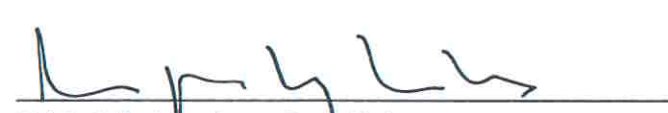
A Administração



Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos



António Manuel Godinho Ribeiro



Mário João Henriques Rosa Vinhas

Balanço - (modelo normal) em 31-12-2016
(montantes em euros)

Accive Insurance Corretor de Seguros, S.A.

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2016	2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos intangíveis		123,00	
Créditos a receber	10	31.469,19	37.927,52
		31.592,19	37.927,52
Ativo corrente			
Clientes	7	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	8	2.862,38	5.486,81
Acionistas/sócios	9	109.050,00	0,00
Outros créditos a receber	10	140.502,62	255.718,89
Diferimentos	11	3.720,12	858,43
Caixa e depósitos bancários	3	22.942,53	192.686,70
		279.077,65	454.750,83
Total do ativo		310.669,84	492.678,35
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	13	51.000,00	51.000,00
Outros instrumentos capital próprio	14	500.000,00	300.000,00
Reservas legais	15	1.637,57	1.152,74
Resultados transitados	16	(202.687,29)	(237.951,86)
Ajustamentos em ativos financeiros		(198.301,84)	(172.249,07)
Resultado líquido do período		(93.667,35)	9.696,63
Total do capital próprio		57.981,09	(48.351,56)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			0,00
Financiamentos obtidos	17	72.074,64	162.491,83
		72.074,64	162.491,83
Passivo corrente			
Fornecedores	18	2.206,93	7.126,68
Estado e outros entes públicos	8	3.761,13	3.958,85
Acionistas/sócios	9	0,00	65.000,00
Financiamentos obtidos	17	86.508,00	135.523,52
Outras dívidas a pagar	19	88.138,05	166.929,03
		180.614,11	378.538,08
Total do passivo		252.688,75	541.029,91
Total do capital próprio e do passivo		310.669,84	492.678,35

Contabilista Certificado Nº

FONTES DA CUNHA
Consultadoria, Estudos e Gestão, S.A.
Rua Alfredo Keil, 275
4150-049 PORTO
NIF: 503 983 675

Administração / Gerência

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) do período findo
em 31-12-2016
(montantes em euros)

Accive Insurance Corretor de Seguros, S.A.

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	20	478.370,72	610.810,46
Ganh+B10os/perdas imputad+B904os de subsidiárias, assoc. e empreend. conjuntos	6	(123.530,94)	(26.052,77)
Fornecimentos e serviços externos	21	(388.606,18)	(449.912,43)
Gastos com o pessoal	22	(88.185,27)	(92.065,72)
Outros rendimentos	23	99.495,34	3.588,70
Outros gastos	23	(59.380,51)	(15.451,12)
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos		(81.836,84)	30.917,12
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(81.836,84)	30.917,12
Juros e rendimentos similares obtidos	24	5,46	20,85
Juros e gastos similares suportados	24	(11.477,99)	(17.049,56)
Resultado antes de impostos		(93.309,37)	13.888,41
Imposto sobre o rendimento do período	8	(357,98)	(4.191,78)
Resultado líquido do período		(93.667,35)	9.696,63


Resultado de atividades descontinuadas incluído no resultado líquido

Resultado líquido por ação

(9,18)

0,95

Administração / Gerência



Fontes da Cunha
Consultadoria, Estudos e Gestão, S.A.
Rua Alfredo Keil, 275
4150-049 PORTO
NIF: 503 983 675

Contabilista Certificado Nº 20132

GT

Demonstração dos Fluxos de Caixa do período findo em 31-12-2016
(montantes em euros)

Accive Insurance Corretor de Seguros, S.A.

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2016	2015
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes		444.555,64	592.623,34
Pagamentos a fornecedores		425.764,46	458.755,30
Pagamentos ao pessoal		92.895,07	92.227,92
Caixa gerada pelas operações		(74.103,89)	41.640,12
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		6.458,23	12.889,38
Outros recebimentos/pagamentos		24.118,45	(12.278,16)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(43.527,21)	16.472,58
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos intangíveis		123,00	
Outros ativos		174.050,00	42.353,89
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Outros ativos		5.258,33	250.097,92
Juros e rendimentos similares		5,46	20,85
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(168.909,21)	207.764,88
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		200.000,00	
Outras operações de financiamento			65.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		139.432,71	99.275,12
Juros e gastos similares		17.875,04	17.049,56
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		42.692,25	(51.324,68)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(169.744,17)	172.912,78
Caixa e seus equivalentes no início do período		192.686,70	19.773,82
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3	22.942,53	192.686,70

Administração / Gerência

FONTES DA CUNHA
Consultadoria, Estudos e Gestão, S.A.
Rua Alfredo Keil, 275
4150-049 PORTO
NIF: 503 963 675

Active Insurance Corretor de Seguros, S.A.
Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período findo em 31-12-2016
(montantes em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Subscrito	Ações(quotas próprias)	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
6 POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016		51.000,00		300.000,00		1.152,74		(237.951,86)		(172.249,07)	9.696,63	(48.351,56)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						484,83		35.264,57		(26.052,77)	(9.696,63)	
7 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 8						1.637,57		35.264,57		(26.052,77)	(9.696,63)	
RESULTADO INTEGRAL 9=7+8											(9.696,63)	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											(93.667,35)	(93.667,35)
Outras operações				200.000,00								200.000,00
10 POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2016		51.000,00		200.000,00		1.637,57		(202.687,29)		(198.301,84)	(93.667,35)	57.981,09
6+7+8+10				500.000,00								

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Subscrito	Ações(quotas próprias)	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
1 POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015		51.000,00		300.000,00		25,09		(259.377,19)		(141.167,10)	(8.528,99)	(58.048,15)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						1.127,65		21.425,33		(31.081,97)	31.081,97	0,00
2 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3						1.127,65		(21.425,33)		(31.081,97)	8.528,99	0,00
RESULTADO INTEGRAL 4=2+3											9.696,63	9.696,63
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											9.696,63	9.696,63
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2015		51.000,00		300.000,00		1.152,74		(237.951,86)		(172.249,07)	9.696,63	(48.351,56)
6=1+2+3+5				300.000,00								


Administração / Gerência

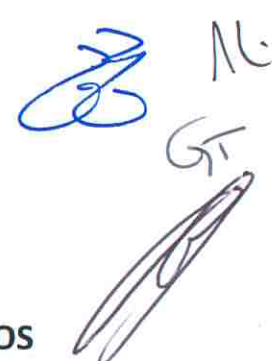
Contabilista Certificado Nº

FONTES DA CUNHA 20132
Consultadoria, Estudos e Gestão, S.A.
Rua Alfredo Keil, 275
4150-049 PORTO
NIF: 503 983 675

Accive Insurance – Corretor de Seguros, S.A.

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

WINDOWS USER



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercício de 2016

Unidade monetária: euros

A Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., é uma sociedade anónima com sede na Avenida da Boavista, 1277 a 1281, 1º, 4100-130 Porto e tem por objecto principal a mediação de seguros e consultoria financeira e de crédito.

A sociedade é detida pela MDS, SA., com sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia.

1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

1.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as disposições do SNC emitidas e em vigor à data de 01 de Janeiro de 2016.

As políticas contabilísticas adoptadas a 31 de Dezembro de 2016 são idênticas às adoptadas na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas nas notas 1.5 a 1.7.

1.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

1.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

O Sistema de Normalização Contabilística foi alterado em 29 de julho de 2015, com a publicação do Aviso n.º 8256/2015, com aplicação ao exercício iniciado em 01 de janeiro de 2016. Estas alterações não produziram efeitos significativos nas demonstrações financeiras da empresa.

1.4. Juízos de valor

- Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros comercializados nos mercados activos é determinado com base nos preços do mercado de cotação à data de balanço.

O preço do mercado usado para os activos financeiros da empresa é o preço recebido pelos accionistas no mercado corrente. O preço do mercado para os passivos financeiros é o preço a pagar no mercado corrente.

O valor nominal dos activos a receber de clientes e terceiros em geral, ajustado pelas respectivas perdas por imparidade, bem como o valor nominal dos passivos de fornecedores e terceiros em geral é assumido como estando próximo do seu justo valor.

O justo valor dos passivos financeiros é estimado actualizando os fluxos de caixa futuros contratualizados à taxa de juro do mercado corrente que está disponível para instrumentos financeiros similares.

1.5. Principais pressupostos relativos ao futuro

- Estimativas e pressupostos críticos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros factores, incluindo expectativas sobre eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias em causa.

No decurso dos registos contabilísticos necessários à determinação do valor do património e do rédito, a empresa faz uso de estimativas e pressupostos relativos a eventos cujos efeitos só serão plenamente conhecidos em exercícios futuros. Na sua maioria tem-se verificado que os valores registados foram confirmados no futuro. Todas as variações que, eventualmente, surjam serão registadas nos exercícios em que se determinem os seus efeitos definitivos.

A empresa reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam ser provenientes de revisões efectuadas pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final das inspecções fiscais é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nos impostos diferidos, no período em que tais diferenças são identificadas.

1.6. Principais fontes de incerteza das estimativas

A actividade da empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco taxa de juro), risco de crédito, risco de liquidez e risco de capital.

A empresa detém um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros procurando minimizar os potenciais efeitos adversos desses riscos na performance financeira da empresa.

A gestão do risco é conduzida pelo departamento financeiro, com base nas políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza coberturas de riscos financeiros em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez.

Risco Taxa de Juro

A Administração da Empresa Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., não tem considerado nos últimos exercícios a hipótese de cobertura de risco relativamente a variação da taxa de juro. No entanto a dívida para com a Axa, vence juros á taxa fixa. Empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem a empresa ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O risco taxa de juro resulta dos contratos de financiamento obtidos.

Como a empresa não tem activos remunerados com juros significativos, o lucro e os fluxos de caixa da actividade de financiamento são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito resulta dos saldos a receber. O risco de crédito é avaliado pela Direcção Financeira da empresa, tendo em conta o histórico de relação comercial, a sua situação financeira, bem como outras informações que possam ser obtidas através da rede de negócios da Empresa. Os limites de crédito estabelecidos são regularmente analisados e revistos, se necessário. O risco de crédito é reduzido.

Risco de Liquidez

A cobertura do risco de liquidez, definida como a capacidade para responder a responsabilidades assumidas, é feita, no essencial, pela existência de linhas de crédito imediatamente disponíveis. Estas facilidades asseguram à Empresa uma capacidade de liquidar posições num prazo bastante curto, permitindo a necessária flexibilidade na condução dos seus negócios.

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários, e da disponibilidade de facilidades de crédito. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento anual que é revisto trimestralmente e ajustado diariamente.

Risco de capital

O objectivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações, proporcionando uma adequada remuneração aos accionistas e os correspondentes benefícios aos restantes stakeholders da empresa. Para a prossecução deste objectivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura óptima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo. No sentido de manter ou ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral dos accionistas as medidas consideradas necessárias e que podem passar por aumentar o capital social por emissão de acções e venda de activos entre outras medidas.

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio e a assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida+capital próprio)) com o objectivo de o situar num intervalo confortável.

2. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

2.1. Investimentos

Subsidiárias

São consideradas como subsidiárias as empresas nas quais a Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., detenha directa ou indirectamente mais de 50% dos direitos de voto, ou detenha o poder de controlar a respectiva gestão, nomeadamente nas decisões da área financeira e operacional. Os investimentos em subsidiárias são mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

Associadas

São consideradas como empresas associadas as empresas onde a Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., tem uma influência significativa mas não o controlo da gestão. Em termos jurídicos esta influência acontece normalmente nas empresas em que a participação se situa entre os 20% e os 50% dos direitos de voto. Os investimentos em associadas são mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

A parte da empresa nos ganhos ou perdas pós-aquisição das empresas subsidiárias e associadas é reconhecida na Demonstração dos Resultados e a parte dos movimentos em Reservas pós-aquisição são reconhecidos em Reservas. Os movimentos acumulados pós-aquisição são ajustados contra o valor escriturado do Investimento. Quando a parte da empresa nas perdas da subsidiária ou associada

igual ou excede o seu interesse de médio e longo prazo, a empresa não reconhece perdas adicionais, a não ser que tenha incorrido em obrigações ou efectuado pagamentos por conta da empresa.

Caso existam restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa detentora ou, as partes de capital sejam adquiridas e detidas exclusivamente com a finalidade de venda num futuro próximo é utilizado o método do custo.

2.2. Activos Fixos Tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Os bens do activo fixo tangível são originalmente registados ao custo histórico de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra ou produção.

As despesas correntes com a manutenção e reparação são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações que aumentem o período de vida útil estimado, ou dos quais se espera um aumento material nos benefícios futuros decorrentes da sua efectivação, são capitalizados.

Os activos fixos tangíveis são apresentados ao custo de aquisição, líquido das respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos, que reflectem satisfatoriamente a respectiva vida útil esperada:

Activo fixo Tangível	Anos de vida útil
Equipamento Transporte	4 anos
Equipamento Administrativo	Entre 3 e 10 anos

A depreciação inicia-se no mês em que o respectivo bem entrou em funcionamento, de acordo com as taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar nº 25/09. Os valores residuais, as vidas úteis esperadas e os métodos de amortização são revistas periodicamente e ajustadas, se apropriado, à data do balanço.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos activos são revistas em cada de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas na demonstração dos resultados.

2.3. Imparidade de activos

Os activos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objecto de testes de imparidade anuais. Os activos sujeitos a amortização são testados para determinação de eventuais imparidades sempre que ocorram eventos ou alterações nas circunstâncias, que originem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é determinada pelo excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo menos os gastos inerentes à sua venda e o seu valor de uso.

O valor de uso dos investimentos financeiros é calculado com base em projecções de fluxos de caixa futuros baseadas em orçamentos financeiros aprovados pelos gestores, cobrindo um período de 5 anos.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respectiva perda por imparidade na demonstração de resultados. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O Conselho de Administração determina a margem bruta orçada com base na performance passada e nas suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. A taxa de crescimento média ponderada utilizada é consistente com as previsões incluídas nos relatórios do sector. As taxas de desconto utilizadas são antes de impostos e reflectem riscos específicos relacionados com os activos da subsidiária, associada ou empreendimento conjunto.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

2.4. Clientes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, deduzido de ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dividas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

2.5. Caixa e equivalentes a caixa

O montante incluído em "Caixa e equivalentes a caixa" inclui os valores de caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento inferior a três meses, e para os quais os riscos de alteração de valor não são significativos. Os valores a descoberto de contas de depósitos bancários estão incluídos em "Financiamentos Obtidos".

2.6. Capital social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio.

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa no momento em que os dividendos são aprovados pelos accionistas.

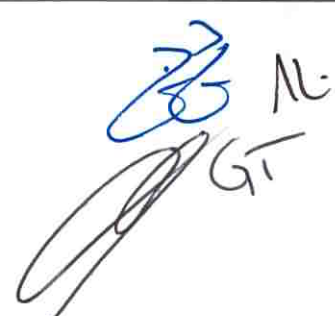
2.7. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto sobre o rendimento apresentado na demonstração dos resultados é determinado com base no resultado líquido contabilístico, ajustado de acordo com a legislação fiscal, considerando para efeitos fiscais a empresa isoladamente.

Reconhece-se, ao nível do balanço e da demonstração dos resultados, a diferença entre os impostos imputáveis ao exercício e aos exercícios anteriores e os impostos já pagos ou a pagar referentes a esses exercícios, desde que seja provável que daí resulte um encargo efectivo ou um proveito recuperável num futuro previsível.

Os impostos diferidos são reconhecidos na globalidade, usando o método do passivo, e calculados sobre diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. No entanto, se o imposto diferido surge pelo reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração empresarial ou que à data da transacção não afecte nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, este não é contabilizado. Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais (e legais) decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do imposto diferido activo ou de liquidação do imposto diferido passivo.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização da diferença temporária.



Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de activos e passivos, que não resultem de uma concentração de actividades, e que à data da transacção não afectem o resultado contabilístico ou fiscal.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, excepto quando a empresa seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não reverta no futuro previsível.

2.8. Benefícios de empregados

A empresa reconhece um passivo e o respectivo custo no exercício sempre que existam bónus atribuíveis a um conjunto alargado de colaboradores.

2.9. Provisões

São reconhecidas provisões quando a empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um evento passado, e seja provável que desse facto resulte uma saída de recursos e que esse montante possa ser estimado com fiabilidade.

São reconhecidas provisões para cessação de emprego quando exista um plano detalhado (com indicação do nº de empregados, do departamento a que pertencem e da antiguidade e salário médios considerado para efeitos de cálculo da indemnização) e não haja possibilidade realista de retirada.

Quando há um número de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo é determinada em conjunto.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

2.10. Subsídios e apoios do Governo

A Empresa Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio “Outras variações de capital”, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos activos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento.

2.11. Locações

As locações são classificadas como locações operacionais se uma parcela significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse for retida pelo locador. Os pagamentos efectuados em locações operacionais (deduzidos de eventuais incentivos recebidos do locador) são reflectidos na demonstração de resultados pelo método das quotas constantes, pelo período da locação.

Locações de activos tangíveis onde a empresa tem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade são classificadas como locações financeiras. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. As obrigações da locação, líquidas de encargos financeiros, são incluídas em Passivos não correntes - Financiamentos obtidos, excepto a respectiva componente de curto prazo. A parcela dos juros é levada a gastos financeiros no período da locação, de forma a produzir uma taxa constante

periódica de juros sobre a dívida remanescente em cada período. Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o prazo da locação.

Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação quando a Empresa não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Empresa tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

2.12. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

2.13. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da actividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

Vendas

O Rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a Empresa ; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

Prestações de serviços

A prestação de serviços é reconhecida no período contabilístico em que os serviços são prestados, com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço.

Juros

Os juros são reconhecidos tendo em consideração a proporção do tempo decorrido e o rendimento efectivo do activo.

Quando uma conta a receber se encontra em imparidade, a empresa reduz o seu valor contabilístico para o valor recuperável, sendo este igual ao valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo. O desconto é reconhecido como rendimento financeiro.

2.14. Alterações de políticas, estimativas e erros

Alterações resultantes da aplicação inicial de uma Norma ou Interpretação são efectuadas de acordo com as disposições transitórias específicas.

Alterações de políticas contabilísticas na aplicação inicial de uma Norma ou Interpretação que não contenha disposições transitórias específicas, são aplicadas retrospectivamente.

As estimativas são revistas em consequência de nova informação ou maior experiência. O efeito de uma alteração de estimativa contabilística é reconhecido prospectivamente, incluindo-o (a) no Resultado do período da alteração, se a alteração apenas afecta esse período; ou (b) no período da alteração e períodos futuros, se for o caso.

Os erros materiais descobertos em períodos subsequentes são corrigidos retrospectivamente nas primeiras Demonstrações Financeiras após a sua descoberta através de:

(a) reexpressão dos valores comparativos do período anterior apresentado onde ocorreu o erro; ou

(b) reexpressão do saldo de abertura dos activos, passivos e capitais próprios do período mais antigo apresentado, se o erro ocorreu antes do período mais antigo apresentado.

3. Fluxos de caixa

3.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

Descrição	2016	2015
Caixa e depósitos bancários		
Activos		
Caixa		
Depósitos à ordem	22.942,53 €	192.686,70 €
Outros depósitos bancários		
Caixa e equivalentes de caixa	22.942,53 €	192.686,70 €

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

Descrição	2016	2015
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	22.942,53 €	192.686,70 €
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	22.942,53 €	192.686,70 €

4. Partes relacionadas

4.1 Remunerações do Pessoal Chave

Os membros do Conselho de Administração são considerados os elementos chave da gestão.

Rubrica	2016	2015
Total Remunerações	0,00 €	0,00 €

Nos exercícios de 2015 e 2016, os membros do conselho de Administração não foram remunerados.

FE
GT
M.

4.2 Transacções entre Partes Relacionadas

As transacções e saldos entre partes relacionadas decorrem de operações comerciais normais.

(a) transacções e saldos pendentes:

Saldos

Empresa	Natureza do relacionamento	2016	2015
Activo			
Accive Insurance - Consultoria e Franchising, Lda.	Empréstimo	0,00 €	226.445,09 €
MDS - Corretor de Seguros, S.A.	Empréstimo	109.050.00 €	0,00 €
Total		109.050.00 €	226.445,09 €
Passivo			
MDS - Corretor de Seguros, S.A.	Empréstimo	(0,00 €)	(65.000,00 €)
Total		(0,00 €)	(65.000,00 €)

O valor do empréstimo à Accive Franchising em 2015 estava apresentado em "Outras contas a Receber". Em 2016 foi reconhecida uma perda para o valor líquido a receber, em virtude da liquidação e dissolução da subsidiária (ver nota 6).

Os empréstimos concedidos à acionista em 31 de dezembro de 2016 têm carácter de curto prazo, uma vez que têm prazo de vencimento de 6 meses, sendo automaticamente renováveis excepto se houver renúncia das partes.

Os empréstimos obtidos da accionista tinham carácter de curto prazo, dado que se destinam a suprir necessidades pontuais de tesouraria.

Transacções

Empresa	Natureza do relacionamento	2016	2015
MDS - Corretor de Seguros, S.A.	Comissões	62.456,65€	68.158,98€
Onebiz, S.G.P.S., S.A.	Aquisição de serviços		(14.920,15€)

5. Activos fixos tangíveis

5.1. Divulgações sobre activos fixos tangíveis.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 os movimentos registados em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

Rubricas	31 de Dezembro de 2015					
	Saldo em 01-Jan-15	Aquisições	Alienações	Abates	Outras Operações	Saldo em 31-Dez-15
Custo:						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	19.090,67 €					19.090,67 €
Outros activos fixos tangíveis						
Outras imobilizações						
Investimentos em curso						
	19.090,67 €					19.090,67 €
Depreciações acumuladas:						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	19.090,67 €					19.090,67 €
Outros activos fixos tangíveis						
	19.090,67 €					19.090,67 €
Valor Líquido	0,00 €					0,00 €

Rubricas	31 de Dezembro de 2016					
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições	Alienações	Abates	Outras Operações	Saldo em 31-Dez-16
Custo:						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	19.090,67 €					19.090,67 €
Outros activos fixos tangíveis						
Outras imobilizações						
Investimentos em curso						
	19.090,67 €					19.090,67 €
Depreciações acumuladas:						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	19.090,67 €					19.090,67 €
Outros activos fixos tangíveis						
	19.090,67 €					19.090,67 €
Valor Líquido	0,00 €					0,00 €

5.2. Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros activos, durante um período.

O gasto com depreciação e amortização de activos fixos tangíveis no período foi de 0,00 euros uma vez que os activos existentes a 31 de Dezembro de 2016 já se encontravam totalmente depreciados.

5.3. Locação Financeira

A 31 de Dezembro de 2016, não existiam bens utilizados em regime de locação financeira.

Handwritten signature and initials: "GT" and "ML" with a large flourish.

6. Participações financeiras

- (a) Listagem dos investimentos significativos em subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas a 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015;

31 de dezembro de 2016	Capital Social	% de Participação	Custo	Valor escriturado	CP	Result. ano
Empresa: Accive Insurance - Cabo Verde, SA.*		50%	13.603,59 €	0,00€		
			13.603,59 €	0,00 €		

31 de dezembro de 2015	Capital Social	% de Participação	Custo	Valor escriturado	CP	Result. ano
Empresa: Accive Insurance - Consultoria e Franchising, Lda.	10.000,00 €	100%	65.000,00 €	0,00 €	(185.809,67 €)	(26.052,77 €)
Accive Insurance - Cabo Verde, SA.*		50%	13.603,59 €	0,00€		
			78.603,59 €	0,00 €	(185.809,67€)	(26.052,77 €)

*Empresa constituída no final de 2007 ainda sem atividade, com capital de 2.500.000\$00 (escudos Cabo Verdianos), mas que nunca chegou a desenvolver a atividade, motivo pelo qual foi constituída uma imparidade pelo valor do investimento em exercícios anteriores.

Subsidiárias:

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, não ocorreram movimentos no valor das Participações Financeiras dado o montante já estar reduzido a zero.

As demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2015 incluíam uma perda por imparidade no valor de 119.100,65€, destinada cobrir eventuais perdas em empréstimos de financiamento concedidos à subsidiária.

Por referência ao exercício de 2015, as perdas associadas à aplicação do MEP relativamente à subsidiária Accive Insurance Consultoria e Franchising, Lda. foram reconhecidas por contrapartida de uma conta de Perdas de Imparidade da conta a receber dessa subsidiária, dado o investimento líquido na subsidiária ainda não ter sido reduzido a zero. Ver nota 10.

A evolução da referida perda por imparidade foi como se segue

Descrição	Accive Franchising
31 de Dezembro de 2014 – re-expresso	(93.047,88 €)
Aplicação MEP	(26.052,77 €)
31 de Dezembro de 2015	(119.100,65 €)

Handwritten signature and initials: "GT" and "M." with a large flourish.

No exercício de 2016 a participada, Accive Insurance – Consultoria e Franchising, Lda foi liquidada e dissolvida, à data de 31 de outubro.

No encerramento da liquidação e dissolução foi apurada uma perda de 123.530,94 euros a qual foi reconhecida em "Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.

A perda apurada foi como de seguida:

Descrição	Valor
Conta a receber	226.445,09 €
Imparidade	(119.100,65 €)
Valor líquido a 31 de Dezembro de 2015	107.344,44€
Montantes concedidos em 2016	16.186,50€
Valor a receber à data da liquidação	123.530,94€

7. Clientes

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

Rubrica	2016	2015
Clientes - Corrente		
Clientes c/c	0,00 €	0,00 €
Clientes - Titulos a Receber		
Clientes - Resp. por Letras Descontadas		
Clientes de cobrança duvidosa		
	0,00 €	0,00 €
Perdas por imparidade acumuladas	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	0,00 €

8. Estado e outros entes públicos

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os saldos são os seguintes:

Rubricas	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC)	2.862,38 €	0,00 €	5.486,81 €	0,00 €
Pagamento por Conta - Pag. Esp. Por Conta	3.219,00 €		9.683,38 €	
Retenções na fonte	1,36 €		5,21 €	
Imposto estimado	-357,98 €		-4.191,78 €	
Imposto a pagar				
Imposto a recuperar				
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	0,00 €	2.887,04 €	0,00 €	2.176,72 €
Trabalho dependente		172,00 €		521,00 €
Trabalho independente		1.881,54 €		1.099,72 €
Prediais		833,50 €		556,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Contribuições para a segurança social		874,09 €		1.782,13 €
Total	2.862,38 €	3.761,13 €	5.486,81 €	3.958,85 €

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 são detalhados como se segue:

Descrição	2016	2015
Resultado antes de impostos	-93.309,37 €	13.888,41 €
Custos não Dedutíveis	52.050,02 €	5.377,89 €
Taxa de imposto	17,00%+21,00%	17,00%+21,00%
Colecta	0,00 €	3.656,96 €
Derrama	0,00 €	296,46 €
Tributações autónomas	357,98 €	249,64 €
Insuficiência de estimativa de imposto	0,00 €	0,00 €
Imposto sobre o rendimento	357,98 €	4.191,78 €

O montante de prejuízos fiscais disponíveis a 31 de dezembro de 2014 ascendia a 170.602,27€ e foi perdido em função da alteração acionista ocorrida no exercício de 2015. Após o apuramento de imposto de 2016, o montante de prejuízos fiscais disponíveis ascende a 41.249,35 €, os quais podem ser utilizados (limitado a 70% do lucro tributável no exercício da dedução), até ao exercício de 2029.

Não foi relevado imposto diferido ativo sobre os prejuízos fiscais, dada a incerteza quanto é sua realização.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da empresa estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante o período de quatro anos (cinco anos para a segurança social) excepto quando (i) tenha havido prejuízos fiscais, (ii) tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou (iii) estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Deste modo as declarações fiscais da Empresa poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão e eventuais correcções.

A Administração da Empresa Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA, entende que as correcções, resultantes de revisões ou inspecções por parte das autoridades fiscais, aquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras apresentadas a 31 de Dezembro de 2016.

9. Accionistas

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a decomposição da rubrica de Accionistas, é como se segue:

Descrição	31-Dez-16	31-Dez-15
Activo Corrente		
Accionistas	109.050,00 €	0,00 €
Total do Activo	109.050,00 €	0,00 €
Passivo Corrente		
Accionistas	0,00 €	65.000,00 €
Total do Passivo	0,00 €	65.000,00 €
Total Liquido	109.050,00 €	65.000,00 €

10. Outros Créditos a Receber

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a decomposição da rubrica de Outros créditos a receber, é como segue:

Descrição	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Corrente	NãoCorrente	Corrente	NãoCorrente
Outras contas a receber				
Devedores por acréscimos de rendimento	37.815,14 €		53.786,27 €	
Devedores Franchisados	68,76 €		2.482,93 €	
Devedores Companhias	97.602,06 €		60.394,78 €	
Outros Devedores	5.016,66 €	31.469,19 €	258.155,56 €	37.927,52 €
Clientes de cobrança duvidosa	29.509,80 €		29.509,80 €	
Pessoal	0,00 €		0,00 €	
	170.012,42 €	31.469,19 €	404.329,34 €	37.927,52 €
Perdas por imparidade acumuladas	-29.509,80 €		-148.610,45 €	
	140.502,62 €	31.469,19 €	255.718,89 €	37.927,52 €

O saldo não corrente respeita a um mútuo celebrado em 2011 com um franchisado a liquidar em 4 anos, cujo valor em dívida em 31 de Dezembro de 2016, ascende a 36.469,19 €.

Em 2013 este contrato foi renegociado sendo definidas novas condições de reembolso.

Ajustamento de créditos a receber

Ajustamentos de Clientes	2016	2015
A 1 de Janeiro	148.610,45 €	122.577,68 €
Aumentos		26.052,77 €
Utilizações	(119.100,65€)	
Reduções		
A 31 de Dezembro	29.509,80 €	148.610,45 €

O montante corrente de outros devedores em 31 de dezembro de 2015 inclui um empréstimo à participada Accive Franchising no valor de 226.445,09 €.

O valor de ajustamento de contas a receber a essa data incluía um montante de 119.100,65 € relativo a imparidade da conta a receber da Accive Franchising. As variações dos Ajustamentos de Contas a Receber nesse exercício foram registadas por contrapartida da rubrica de "Ganhos e Perdas Imputados de Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos" da Demonstração de Resultados. Ver nota 6.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

GT
12

11. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a Empresa tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a reconhecer		
Rendas	1.110,00 €	
Outros	2.610,12€	
Seguros	0,00 €	858,43 €
Total	3.720,12 €	858,43€

12. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

Descrição	2016	2015
Numerário		
Depósitos bancários	22.942,53 €	192.686,70 €
Aplicações tesourarias		
Caixa e equivalentes de caixa	22.942,53 €	192.686,70€
Descobertos bancários	0,00 €	0,00 €
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	22.942,53 €	192.686,70 €

13. Capital

Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2016, todo o capital social, encontrava-se totalmente subscrito e realizado.

O capital social é de 51.000,00 euros, representado por 10.200 acções com o valor nominal de 5,00 euros cada.

No presente exercício houve alteração de accionistas, tendo ficado o capital social distribuído da forma que se segue.

Titulares	Percentagem
MDS - Corrector de Seguros, SA	70%
Rigorosacondição Representação Comercial, Lda	20%
Onebiz, S.A.	10%

14. Outros instrumentos do capital próprio

A rubrica "Outros instrumentos de capital próprio" refere-se a prestações acessórias efectuadas pelos accionistas para as quais não existe prazo de reembolso ou remuneração.



 Z AL

 GT

15. Reservas Legais

A Reserva legal não está ainda totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social), pelo que um mínimo de 5% dos resultados é destinado à sua dotação. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

16. Resultados Transitados

Descrição	2016	2015
Saldo Inicial	-237.951,86 €	-259.377,19 €
Resultado Líquido 2014	0,00 €	21.425,33 €
Resultado Líquido 2015	35.264,57€	
Total	-202.687,29 €	-237.951,86 €

O valor de perdas decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial incluídas no resultado líquido de 2015 e 2014 foi aplicado em "Ajustamentos em Ativos Financeiros".

17. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Financiamento obtidos, por via de empréstimos apresentava a seguinte decomposição:

Financiamentos Obtidos	31 de Dezembro de 2016			31 de Dezembro de 2015		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras						
Empréstimos						
Conta Cauçionada – Dinâmica MBGP	0,00 €	0,00 €	0,00 €	23.000,00 €	0,00 €	23.000,00 €
Outros Financiadores						
AXA – Empréstimo Nº 89936	86.508,00 €	72.074,64 €	158.582,64 €	112.523,52 €	162.491,83 €	275.015,35 €
Total	86.508,00 €	72.074,64 €	158.582,64 €	135.523,52 €	162.491,83 €	298.015,35 €

O Empréstimo não corrente respeita a uma linha de financiamento obtida junto da Axa – Companhia de Seguros em Fevereiro de 2010, com um prazo de 5 anos e uma taxa de juro de 3%.

As condições deste empréstimo foram alvo de renegociação no exercício de 2014. Atualmente, o prazo do empréstimo termina em Outubro de 2018, sendo remunerado a uma taxa de juro de 4,5% e reembolsável em prestações mensais.



 11.

 GT

18. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

Descrição	2016	2015
Passivos		
Fornecedores - corrente		
Fornecedores Terceiros	2.206,93€	7.126,68 €
Fornecedores Grupo	0,00 €	0,00 €
Total do Fornecedores c/c	2.206,93€	7.126,68 €

19. Outras Dívidas a Pagar

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a rubrica “Outras contas a pagar correntes” pode ser detalhada como segue:

Descrição	2015		2015	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Passivo				
Outras contas a pagar				
Credores por acréscimo de gasto				
Comissões a entregar	6.981,13 €		3.688,43 €	
Remunerações a liquidar	6.232,10 €		12.437,49 €	
Juros a liquidar	0,00 €		6.405,18 €	
Outros credores por acréscimo de gasto	8.379,23 €		4.534,75 €	
Comissões franchisados	65.028,72 €		132.649,22 €	
Credores Companhias	171,97 €		7.213,96 €	
Outros Credores	1.344,90 €		0,00 €	
Perdas por imparidade acumuladas	0,00 €		0,00 €	
Outras contas a pagar	88.138,05 €		166.929,03 €	

A redução da rubrica em 2016 deve-se essencialmente à regularização de retenções com franchisados.

7
GT

[Handwritten signature]

20. Vendas e Prestações de Serviços

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

Réditos	31 de Dezembro de 2016			31 de Dezembro de 2015		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de Mercadorias						
Prestações de Serviços	478.370,72 €		478.370,72 €	610.810,46 €		610.810,46 €
	478.370,72 €		478.370,72 €	610.810,46 €		610.810,46 €

A totalidade das prestações de serviços é realizada no mercado nacional.

Para a diminuição da rubrica em 2016 contribuíram a regularizações de especialização de comissões do exercício anterior, bem como movimentos de acerto nas contas correntes das companhias, parte dos quais tiveram reflexo em contrário em "Outros Rendimentos".

21. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos" apresentava em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o seguinte detalhe:

Fornecimentos e Serviços Externos	2016	2015
Serviços especializados	359.937,87 €	413.882,17 €
Comissões	331.136,23 €	376.563,45 €
Conservação e reparação	0,00 €	0,00 €
Outros	28.801,64 €	37.318,72 €
Materiais	693,11 €	221,38 €
Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	0,00 €	64,56 €
Material de escritório	693,11 €	156,82 €
Energia e fluidos	485,60 €	1.233,15 €
Electricidade	418,99 €	1.103,58 €
Combustíveis	0,00 €	129,57 €
Água	66,61 €	0,00 €
Deslocações, estada e transportes	84,21 €	541,00 €
Deslocações e estadas	84,21 €	541,00 €
Serviços diversos	27.405,39 €	34.034,73 €
Rendas e alugueres (a)	13.320,00 €	13.320,00 €
Comunicação	2.135,79 €	9.880,58 €
Seguros	1.394,32 €	1.133,36 €
Contencioso e notariado	793,60 €	0,00 €
Limpeza, higiene e conforto	4,57 €	20,25 €
Outros serviços	9.757,11 €	9.680,54 €
Total	388.606,18 €	449.912,43 €

Handwritten notes and signature in the top right corner, including the letters "GT" and a signature.

22. Gastos com o pessoal

A rubrica de "Gastos com o Pessoal" apresentava em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o seguinte detalhe:

Gastos com o Pessoal	2016	2015
Remunerações órgãos sociais	0,00 €	0,00 €
Remunerações do pessoal	73.554,55 €	75.273,62 €
Encargos sobre remunerações	11.919,61 €	16.552,27 €
Seguros de acidentes no trabalho	2.628,10 €	206,75 €
Outros gastos com pessoal	83,01 €	0,00 €
Total	88.185,27 €	92.065,72 €

O nº médio de funcionários à data de 31 de Dezembro de 2016 é de 5 (2015: 6).


23. Outros rendimentos e outros gastos

A rubrica de "Outros Rendimentos e Ganhos e Outros Gastos e Perdas" apresentava em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o seguinte detalhe:

Outros Rendimentos	2016	2015
Outros Rendimentos		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00 €	1.107,44 €
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00 €	0,00 €
Outros	99.495,34 €	2.481,16 €
Total	99.495,34 €	3.588,60 €

O valor de Outros em 2016 inclui conforme detalhe que se segue:

Detalhe Outros	2016
Correção saldos contas correntes agentes	4.598,46 €
Correção saldos contas correntes fornecedores	2.623,76 €
Correção saldos contas correntes seguradores	23.951,56 €
Correção saldos outras contas correntes	6.093,63 €
Correção estimativas de retenção de IRS de agentes	46.906,43 €
Regularização de acréscimos de juros	6.405,18 €
Regularização de outros acréscimos	5.381,51 €
Outros	3.534,81 €
Total	99.495,34 €



Outros Gastos	2016	2015
Outros Gastos		
Impostos	2.343,42 €	6.776,80 €
Outros juros	0,00 €	0,00 €
Outros	57.037,09 €	8.674,32 €
Total	59.380,51 €	15.451,12 €

O valor de Outros em 2016 inclui conforme detalhe que se segue:

Detalhe Outros	2016
Correção saldos contas correntes agentes	319,24 €
Correção saldos contas correntes seguradores	7.703,19 €
Correção saldos outras contas correntes	31.914,15 €
Custos de cedências relativos a anos anteriores	1.668,83 €
Custos de seguros relativos a anos anteriores	302,95 €
Custos de eletricidade relativos a anos anteriores	684,06 €
Custos de serviços de auditoria relativos a anos anteriores	6.150,00 €
Quotizações empresariais-BF.	1.500,00 €
Multas não Fiscais	444,45 €
Outros	6.350,22 €
Total	57.037,09 €

24. Gastos e Rendimentos Financeiros

Os gastos e rendimentos de financiamento em 2016 e 2015 apresenta-se como segue:

	2016	2015
Juros e Gastos Similares Suportados		
Juros de mora	8,13 €	6,82 €
Outros juros	11.469,86 €	17.042,74 €
Outros gastos similares suportados		
Total	11.477,99 €	17.049,56 €
Juros obtidos		
De outros financiamentos concedidos	5,46 €	20,85 €
Outros rendimentos similares	0,00 €	0,00 €
Total	5,46 €	20,85 €
Custo do financiamento liquido	-11.472,53€	-17.028,71 €

Os juros suportados respeitam ao empréstimo de longo prazo contraído junto da Axa – Companhia de Seguros.

Os juros obtidos respeitam ao empréstimo de longo prazo concedido aos parceiros António Vieira/Armando Giesta.

25. Compromissos

Não existiam compromissos para investimento assumidos à data do balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

26. Contingências

Passivos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2016, a Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., não tinha processos em curso avaliados como passivos contingentes.

28. Informações exigidas por Diplomas

Conforme requerido pela Norma do ISP Legais nº 15/2009-R de 30 de Dezembro de 2010 no seu artigo nº 4, passamos a apresentar nos seguintes mapas a informação requerida. As alíneas cuja sequência e numeração se encontrem ausentes nesta nota não são aplicáveis à empresa:

1 a) As comissões auferidas das seguradoras são reconhecidas quando se verifica a cobrança dos prémios de seguros, sendo que as comissões extra são consideradas no exercício a que respeitam, quando o seu montante possa ser estimado com fiabilidade;

1 b) A totalidade das remunerações no valor de 478.370,72 euros respeita a comissões.

1 c)

Seguradora	Ramo Vida	Ramo não Vida	Total
Açoreana Companhia de Seguros, SA	247,83	72.235,50	72.483,33
Allianz Portugal Companhia Seguros, SA		25.903,94	25.903,94
AlG - Chartis		-289,5	-289,50
April		34.595,21	34.595,21
ARAG		6,30	6,30
Axa Companhia de Seguros Vida, SA	3.378,65		3.378,65
Axa Companhia de Seguros, SA		22.614,37	22.614,37
Metlife	4.887,48		4.887,48
Prevoir		291,78	291,78
Fidelidade Mundial Companhia de Seguros, SA		10.404,10	10.404,10
Generali Companhia de Seguros, SA		74.798,72	74.798,72
Generali Vida Companhia de Seguros, SA	1.654,36		1.654,36
Império Bonança Companhia de Seguros, SA	50,01	1.244,26	1.294,27
Liberty Europeia de Seguros	51,20	14.923,93	14.975,13
Lusitânia Companhia de Seguros, SA	3.295,00	4.302,63	7.597,63
Macif Portugal Companhia de seguros, SA		2.373,04	2.373,04
Best Doctors, Inc		23,87	23,87
Real	1.900,53		1.900,53
Popular Seguros		10.733,11	10.733,11
Mapfre		595,99	595,99
MDS – Corretor de Seguros, S.A.		62.456,65	62.456,65
Baloise		11816,93	11.816,93
EuroVida	246,03		246,03
Tranquilidade Companhia de Seguros, SA	1.008,10	7.627,30	8.635,40
Vitoria Companhia de Seguros, SA	71,67	9.933,03	10.004,70
Zurich Companhia Seguros Vida, SA	1.722,33	6.330,17	8.052,50
ZurichInsurancePlc - Sucursal em Portugal	739,35	25.919,30	26.658,65
Total	19.252,54	398.840,63	418.093,17
Comissões extra estimadas para 2016			60.277,55
Total			478.370,72

16
GT

Handwritten signature and initials: "GT" and "MC" with a large flourish.

1 d) e 2 a)

Açoreana Companhia de Seguros, SA	17,34%
Allianz Portugal Companhia Seguros, SA	6,20%
AIG - Chartis	-0,07%
April	8,27%
ARAG	0,00%
Axa Companhia de Seguros Vida, SA	0,81%
Axa Companhia de Seguros, SA	5,41%
Metlife	1,17%
Prevoir	0,07%
Fidelidade Mundial Companhia de Seguros, SA	2,49%
Generali Companhia de Seguros, SA	17,89%
Generali Vida Companhia de Seguros, SA	0,40%
Império Bonança Companhia de Seguros, SA	0,31%
Liberty Europeia de Seguros	3,58%
Lusitânia Companhia de Seguros, SA	1,82%
Macif Portugal Companhia de seguros, SA	0,57%
Best Doctors, Inc	0,01%
Real	0,45%
Popular Seguros	2,57%
Mapfre	0,14%
MDS – Corretor de Seguros, S.A.	14,94%
Baloise	2,83%
EuroVida	0,06%
Tranquilidade Companhia de Seguros, SA	2,07%
Vitoria Companhia de Seguros, SA	2,39%
Zurich Companhia Seguros Vida, SA	1,93%
ZurichInsurancePlc - Sucursal em Portugal	6,38%


 GT


1 g) Apresenta-se da seguinte forma:

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final do exercício	
	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos em cobrança às empresas de seguros, que respeitam a prémios de resseguro já transferidos pelas empresas de resseguro		
Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguro já cobrados e por cobrar		
- MACIF - Sagres	279,99	
- Açoreana	7.975,54	
- Fidelidade	9.913,85	
- Tranquilidade	4702,45	
- Allianz	10651,33	
- AXA	29.960,09	
- Lusitania	250,00	
- Zurich	839,15	
- Real - Vida	2223,68	
- Açoreana - Vida	22,5	
- Zurich - Vida	65,8	
- Imperio - Vida	105,51	
- Arag, SA	163,55	
- Chartis Europe	7,76	
- Generali	5.384,11	
-Tranquilidade-vida	403,29	
- Generali- Vida	643,84	
-Imperio	417,64	
-Mapfre	20,73	
- AXA-Vida	23.571,25	
Total	97.602,06	
Cheques emitidos e não descontados a 31.12.2015		
Total conforme Balanço	97.602,06	0

Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da actividade de mediação de resseguros)

0,00

Ver Nota 10.

GT

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final do exercício	
	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro:		
-Vitoria		71,89
-Vitoria-vida		79,72
-Eurovida		5,10
-Popular Seguros		13,92
-Outros		1,34
Total		171,97
Cheques emitidos e não descontados a 31.12.2016		0,00
Total conforme Balanço		171,97

Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da actividade de mediação de resseguros)

Ver Nota 19.

28. Perda de metade do Capital Social

Como evidenciado no Balanço a 31 de Dezembro de 2015, os capitais próprios eram negativos em 48.351,56 euros.

Foi formalizada em 2016 a mudança da detenção do capital da sociedade, passando o mesmo a ser detido por um conjunto de novos accionistas.

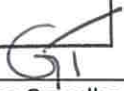
Encontrando-se perdida mais de metade do capital social em 31 de dezembro de 2015, com a finalidade de dar cumprimento ao estipulado no artigo 35º do CSC, foram realizadas prestações acessórias em 2016 pelos novos accionistas da sociedade, de valor igual a 200.000 euros, para compensar parte dos resultados transitados negativos e de forma a tornar os Capitais Próprios da sociedade positivos.

29. Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 31 de Maio de 2017 pela Administração.

Não foram recebidas informações adicionais que alterem as demonstrações financeiras apresentadas.

FONTES DA CUNHA
Consultadoria, Estudos e Gestão, S.A.
Rua Alfredo Keil, 275
4150-049 PORTO
Contabilista Certificado nº 20132
NIF: 503 983 675



Graziela da Conceição Carvalho de Oliveira
Torres



O Conselho de Administração

Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos



António Manuel Godinho Ribeiro



Mário João Henriques Rosa Vinhas



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração de Accive Insurance – Corretor de Seguros, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo, exceto nos aspetos mencionados na Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados, exceto nos aspetos mencionados na Certificação Legal das Contas;
- iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

20 de julho de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Joaquim Miguel de Azevedo Barroso, R.O.C.



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Accive Insurance – Corretor de Seguros, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 310.670 euros e um total de capital próprio de 57.981 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 93.667 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito da matéria referida na alínea a) e exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nas alíneas b), c) e d), apresentadas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Accive Insurance – Corretor de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

- a) A rubrica de Outros Créditos a Receber a 31 de dezembro de 2015 incluía valores a receber de 21.635 euros para os quais não existia suporte, tendo os mesmos sido regularizados por contrapartida do resultado do ano, o qual se encontra subavaliado neste montante.
- b) Por não ter sido obtido suporte para a recuperabilidade da Conta a Receber da participada Accive Franchising a 31 de dezembro de 2015, com valor líquido de 107.344 euros, não foi possível aferir quanto ao montante da imparidade reconhecido relativamente a este ativo na referida data, nem concluir sobre a razoabilidade da perda apurada na liquidação da referida participada em 2016, no valor de 123.531 euros.
- c) Em 31 de dezembro de 2015 foram estimados em Outros Créditos a Receber acréscimos de rendimentos de comissões, no valor de 13.995 euros, para os quais não foi obtida informação de suporte que permitisse concluir quanto ao seu correto reconhecimento como ativo na referida data, bem como sobre o impacto da respetiva regularização no resultado do ano corrente.
- d) A rubrica de Outras Dívidas a Pagar incluía, em 31 de dezembro de 2015, 59.352 euros relacionados com passivos perante franchisados, relativamente aos quais não foi possível concluir a essa data se correspondiam a responsabilidades efetivas da empresa perante esses terceiros. Por esse motivo não nos é possível concluir sobre os impactos produzidos no resultado do ano corrente pelas regularizações realizadas.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o/Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

20 de julho de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Joaquim Miguel de Azevedo Barroso, R.O.C.

